

Congresso reabre hoje, mas nada vota

O Congresso Nacional reabre hoje à tarde os seus trabalhos após o recesso parlamentar de julho e, em se tratando de uma quinta-feira, é pouco provável a existência de quorum pois a grande maioria só deverá retornar a Brasília na próxima semana. A Câmara, inclusive, tem sessão marcada para as 14h, mas não terá ordem do dia, limitando-se aos rotineiros discursos de deputados nos tradicionais pequeno e grande expedientes. O Senado, cuja sessão se inicia às 14h30, incluiu três itens em sua pauta mas não haverá deliberações, apenas o processo de discussão das matérias. E a sessão conjunta do Congresso, a ser convocada para as 19h, prevê apreciação de vetos presidenciais que ficaram pendentes em junho mas nenhum deverá ser votado, por falta de quorum.

Na Câmara está prevista agora pela manhã uma reunião dos líderes partidários para definir projetos prioritários a serem colocados na pauta da próxima semana e, salvo deci-

são de última hora, algum deles poderá ser incluído ainda na sessão de hoje à tarde. O líder do governo, deputado Humberto Souto, pretende ver aprovado até o final da próxima semana, o projeto de lei que reajusta os vencimentos dos servidores públicos civis e militares. (Veja caderno Cidades, pág 2).

Senado — A mesa do Senado colocou na pauta da sessão de hoje três matérias que, no entanto, deverão apenas ser discutidas. A primeira, trata de um projeto oriundo da Câmara regulamentando o parágrafo 4º, do artigo 216, da Constituição, que prevê punições a danos e ameaças ao patrimônio cultural. Em seguida, deverá ser discutida uma emenda constitucional que altera algumas das competências do Congresso na apreciação de matérias.

Se a Câmara aprovar rapidamente o projeto dos vencimentos dos servidores, o Senado deverá, imediatamente, dar tramitação à proposta mas isto irá ocorrer, na melhor das

hipóteses, a partir do dia 12. Enquanto isto, os senadores já têm pela frente outros projetos igualmente polêmicos — o da Lei do Inquilinato e o da Lei de Informática. Mas eles ainda irão passar pelas comissões técnicas — e o prazo regimental é de 25 dias — e, como a Câmara só os enviou no final de junho, a votação no plenário do Senado deverá ocorrer na segunda quinzena deste mês.

Vetos — Para as sessões conjuntas do Congresso, só está prevista até o momento a votação de sete vetos presidenciais, entre eles, os da lei de proteção ao consumidor, os do projeto de conversão dispondo sobre a extinção de entidade da administração federal e os do projeto de Lei Agrícola. O Congresso está organizando uma sessão conjunta para as 18h de segunda-feira próxima, em homenagem ao líder negro sul-africano, Nelson Mandela, que estará concluindo em Brasília sua última etapa de viagem ao Brasil.